



# OS ALUNOS E O ENSINO NA REPÚBLICA VELHA ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS DE VELHOS PROFESSORES

*Zeila de Brito Fabri Demartini*

Do Centro de Estudos Rurais e Urbanos - Universidade de São Paulo

*Sueli Cotrim Tenca*

Do Centro de Estudos Rurais e Urbano - Universidade de São Paulo

*Álvaro Tenca*

Do Departamento de História da UNICAMP - SP

---

## RESUMO

O artigo baseia-se na pesquisa realizada com professores que lecionaram em escolas de zona rural no Estado de São Paulo, antes de 1930. Através das memórias desses mestres procurou-se obter informações sobre como eram tratados problemas referentes a matrícula, frequência, rendimento escolar dos alunos e atividade docente. O objetivo foi contribuir, através de uma perspectiva histórica, para o aprofundamento da problemática atual do ensino no Brasil, no que se refere à escolarização das camadas populares.

Os depoimentos dos professores de escolas localizadas em propriedades rurais e em vilas, distritos ou povoados evidenciam aspectos que, em alguns casos, contradizem idéias estabelecidas sobre o tema. Os dados reforçam a tese de que: 1) as populações rurais, já naquela época, procuravam e valorizavam a escola; 2) problemas de frequência escolar estão historicamente associados às condições de trabalho das camadas subalternas; 3) mesmo trabalhando isolados, os professores conseguiam bons resultados no que se refere ao aproveitamento dos alunos.

As histórias de vida possibilitaram, ainda, estabelecer correlações significativas entre: a dedicação dos professores aos alunos; o sistema de avaliação do rendimento escolar que não era realizado pelo próprio professor; e a carreira no magistério que dependia do sucesso do seu trabalho. Além disso, pode-se compreender melhor a presença do Estado que, sem mecanismos de ação direta, ainda assim exercia um efetivo controle sobre as atividades do professor, através do resultado de seu trabalho.

## SUMMARY

This article is based on an investigation developed with rural school teachers that taught in the State of São Paulo before 1930. Through the memories of these teachers the researchers tried to obtain information about registration, frequency to school, students' performance and teachers' activity. The objective of this study was to contribute, through an historical perspective, to the understanding of the present schooling situation of the lower S.E.S. sectors in Brazil.

What these teachers say, sometimes, contradicts current ideas about the problems studied. The data collected reinforce the conception that: 1) the rural population, at that time, wanted and valued the school; 2) problems of school absenteeism are historically associated to work conditions of the lower classes; 3) even working alone, teachers got good results regarding the students' performance.

The life histories collected allowed for an understanding of the relationships among: teachers' dedication to the students; evaluation process, not done by the teacher; teacher's career, depending on their success at work. Besides that, it was possible to understand the presence of the State which, without mechanisms of direct action, effectively controlled the teachers' activities through the results of their work.

Este artigo se propõe a tratar de aspectos que consideramos fundamentais na discussão de alguns problemas atuais enfrentados na educação escolar brasileira, ou seja, a matrícula, a freqüência, o rendimento escolar dos alunos e o trabalho do professor junto a eles.

Sem entrar em muitas reflexões teóricas tomaremos alguns dados de um estudo recentemente realizado em que pesquisamos as memórias de professores do Estado de São Paulo<sup>1</sup>, e, através das informações destes mestres, procuraremos indicar como os problemas acima mencionados eram vivenciados durante a República Velha, procurando estabelecer uma visão diacrônica dos fatos.

Acreditamos que a análise aqui apresentada, que introduz a dimensão histórica na discussão destas questões, possa trazer elementos à melhor compreensão da situação atual, ao estabelecer certos parâmetros e referências que não devem ser ignorados.

Os dados que abordamos foram coletados através de histórias de vida e depoimentos de 25 professores do sistema escolar de ensino, que lecionaram antes de 1930 em 36 escolas oficiais que atendiam populações rurais no interior do Estado.

Referem-se a uma época em que o café era cultivado em grande parte do Estado, em propriedades que iam de grandes fazendas monocultoras aos pequenos sítios, e onde, ao lado do café, desenvolvia-se uma agricultura voltada para a subsistência, representada pelo arroz, feijão, milho, frutas, entre outros produtos.

Numa visão geral sobre as 36 escolas em que os professores entrevistados lecionaram para populações rurais, vê-se que a maior parte delas eram escolas isoladas (28), havendo poucas escolas reunidas (6) e apenas dois grupos.

Do total destas escolas oficiais, 15 situavam-se em propriedades rurais, e 20 em pequenas vilas ou distritos, apenas uma em cidade.

A análise levando em conta a localização das escolas em propriedades rurais ou fora delas, permite entender melhor alguns dos aspectos por nós abordados, pois variava em parte a clientela ligada a estes dois grupos de escolas. Assim, enquanto nas escolas localizadas em propriedades rurais predominavam os filhos dos colonos que residiam e trabalhavam nas fazendas, havendo em alguns poucos casos filhos de sitiantes que moravam em sítios próximos às fazendas, nas escolas de bairros, vilas ou pequenos povoados, a clientela era mais diversificada, atendendo, além dos moradores do pequeno núcleo que constituía a vila, principalmente a filhos de sitiantes; os filhos de colonos eram encontrados em muito poucas destas escolas. De certa forma, nesta época, a própria localização das escolas dentro ou fora de propriedades rurais, parecia condicionar a clientela que atendia.

## A MATRÍCULA, A FREQUÊNCIA E O RENDIMENTO ESCOLAR

A análise dos relatos dos professores procurando enfocar os aspectos da matrícula, freqüência e rendimento escolar é complexa, dada a variedade de situações apresentadas, e a forma como cada professor trata tais assuntos.

Antes de discutir mais detalhadamente os vários depoimentos sobre cada uma das localidades em que lecionaram, acredita-se que alguns professores conseguiram, em seus relatos, dar uma visão mais geral da política educacional do período permitindo entender melhor as situações particulares vivenciadas.

Como ficou bastante evidente através dos depoimentos, na maior parte das escolas em que estes professores deram aulas, o trabalho era por eles desenvolvido de forma praticamente autônoma, sem muito acompanhamento do sistema educacional mais amplo. Mas havia, segundo seus relatos, dois aspectos que as autoridades escolares procuravam controlar: a matrícula e a freqüência dos alunos. Pode-se dizer que esse controle, dada a quase inexistência de inspetores escolares durante a maior parte da República Velha, era menos feito diretamente através de visitas às escolas, geralmente raras, e sim indiretamente através de um "pavor" generalizado que se procurava difundir entre o professorado, sobre o qual recairia a responsabilidade pelas baixas freqüências dos alunos.

Algumas campanhas que foram colocadas em prática neste período, a favor da freqüência escolar obrigatória, pareciam ter esta finalidade bem evidente, como se pode perceber pelo depoimento de um professor: "Quando chegamos nessa questão de freqüência, eu digo que nunca houve um movimento tão sério, tão grande e tão importante nas escolas primárias de São Paulo, como nessa reforma que começou em 20 e foi até 24, chamado Movimento em Favor da Freqüência Escolar. Era uma verdadeira paixão das escolas. Havia concursos entre as escolas da região para saber quem tinha a maior freqüência. E a freqüência era sempre maior do que 90%. E, entra em cena, nessa ocasião, essa grande figura do doutor Alarico Silveira, que foi o Secretário do Interior. Porque ele não era apenas o Secretário do Interior de gabinete. Ele saía e percorria uma região inteira. E visitava as escolas, verificando o livro de matrícula da professora, contava os alunos presentes, verificava que havia falta de 2, 3 ou 4, exigia da professora que dissesse porque aqueles alunos estavam faltando. Então houve esses 4 anos no ensino de São Paulo, uma verdadeira paixão patriótica em favor da freqüência regular, o ensino obrigatório. E como se conseguia isso? A lei dizia que os pais que não mandassem os filhos de 7 a 14 anos pra escola, podiam ser multados. A gente multava os pais com Cr\$20,00. Naquele tempo 20.000 réis. E se por acaso ele não atendesse a multa, então a gente podia pedir auxílio ao Delegado de Polícia. O problema é que os pais empregavam os meninos, por exemplo, na colheita do algodão, ou no plantio do arroz, ou na colheita do arroz. Isso era um problema que existia na zona rural. Tanto que o Sud (Menucoi), uma ocasião, pretendeu fazer períodos de férias coincidentes com a época de colheita, para que o aluno não faltasse. Além disso havia um outro problema, que era o nomadismo, que a gente chama, escolar, do homem rural. A mu-

<sup>1</sup> Trata-se da pesquisa "Velhos Mestres das novas escolas: um estudo das memórias de professores da 1ª República em São Paulo", realizada pelos autores deste artigo através de um convênio entre o CERU e o INEP/MEC, para o qual foi encaminhado o Relatório final, em junho de 1984.

dança. Ele saía daqui ia para um outro lugar, depois ele voltava. Havia aquela mudança muito grande. Eram empregados, eram trabalhadores. Então, isso é uma coisa muito interessante que merece um registro especial — a questão da obrigatoriedade escolar. Porque nós fazíamos realmente a caçada de alunos. (...) Porque o Secretário Alarico Silveira, grande figura não só de secretário, mas também de intelectual — ele visitava as escolas, verificava a questão dos alunos, mas ele constituiu um verdadeiro *pavor* para os professores, porque às vezes a gente não era responsável pela falta de alunos, não é? Ou chuva, ou isso, mas ele dispensava o professor.”

Além da preocupação aparente do sistema educacional mais amplo com a frequência das crianças à escola, procurando através destas campanhas amedrontar os professores, difundia-se de modo nem sempre declarado, a perigosa idéia de que os pais só enviariam os filhos à escola quando obrigados: era preciso “caçar” os alunos, e os professores deveriam imbuir-se desta idéia.

Ao nível destas campanhas, portanto, a escolarização das populações rurais aparece mais como algo que é preciso impor a elas, que alguma coisa que se procura ou se deseja.

Neste contexto, são extremamente importantes os relatos dos professores que, de modo geral, ao contarem as experiências que tiveram com alunos de vários locais do Estado, contradizem a ideologia que se pretendia inculcar; isto é, os problemas de frequência não eram comuns como se queria fazer supor, e, quando existentes, dependiam muito menos da vontade dos pais, que das condições objetivas em que se realizava o trabalho agrário, principalmente nas fazendas, como se perceberá claramente abaixo.

## A MATRÍCULA, A FREQUÊNCIA E O RENDIMENTO DOS ALUNOS EM ESCOLAS DE PROPRIEDADES RURAIS

Os relatos dos professores sobre as experiências que tiveram lecionando em propriedades rurais permitiu coletar informações preciosas; são subsídios importantes para o conhecimento deste período da República Velha, em que as escolas começavam a surgir pelo interior e pelas fazendas, podendo-se supor, se se levár em conta apenas a legislação em vigor, que havia necessidade de fortes pressões para que os pais fizessem os alunos freqüentarem as escolas, como querem nos fazer crer alguns autores.

No tocante à matrícula dos alunos, os professores tinham que acompanhar a legislação existente para a formação das classes e seu funcionamento. Este era um dos pontos mais fiscalizados pelos inspetores escolares, quando visitavam as escolas isoladas rurais. Uma professora explicita bem esta exigência, e porque se procurava cumprí-la: “tinha que ter 30 alunos. Se não tivesse 30 alunos a professora seria removida para um bairro de mais crianças. Aí fechava a escola”.

A maior parte dos professores parece não ter enfrentado muitos problemas na obtenção do número de matrículas necessárias à formação de uma classe, principalmente porque lecionavam em fazendas onde havia várias famílias com filhos em idade escolar. Não

foram citados casos de resistência dos pais em matricular seus filhos nem mesmo em locais em que a escola era nova: “fazia matrícula. Tomava nota dos nomes, da data que nasceram, alguns nem tinham papel. Não tinha ainda registro. Tinha o nome dos pais, a idade, só isso. Colono era só assim. Mas nunca tive dificuldade, não. A escola foi criada, a criançada não sabia nada, foi toda para lá. Depois eu mesma é que fui separando. O que sabia um pouquinho, conhecia alguma coisa, então ficava numa classe mais adiantada”.

Em alguns casos a escola era procurada por crianças de outras propriedades, isto é, a procura extrapolava os limites da fazenda, como conta, entre outras, a mestra que deu aula em Olímpia: “A minha classe era grande. Eu comecei com muitos alunos, sabe. Às vezes vizinhos, de fazendas assim vizinhas que não tinham escola, corriam tudo para lá, também. Sempre a classe cheia.”

Apenas uma professora contou que precisava recorrer ao auxílio de um soldado para pressionar os pais, na fazenda para onde foi, em São José dos Campos, Vale do Paraíba; mesmo assim, sempre tinha a classe cheia: “Tinha um soldado e ia lá, ajudava a gente. Como era naquele tempo. Ajudavam a gente a trazer os alunos. Avisar que era época de matrícula e tudo. Aí começava a aparecer alunos. Mas formava classe, eu sempre tive classe boa. Nunca tive miserinha de aluno. Tive sempre a sala cheia de alunos. E havia diversas outras lá. Tinha muitas fazendas rodeando o bairro. E vinham de todo canto. Apareciam alunos à vontade, meninos e meninas.”

Por outro lado, nos dois únicos casos em que a matrícula era baixa, o problema apontado foi a ausência de famílias de empregados nas fazendas, fazendas estas dedicadas à criação de gado, e não a recusa dos pais em enviarem os filhos à escola.

Em um destes casos, foi possível manter o número de alunos necessário ao funcionamento da escola, mediante o auxílio do fazendeiro que, em sua propriedade passou a despedir do trabalho apenas os empregados que tinham poucos filhos: “A dificuldade antigamente era arranjar alunos, acabavam os alunos, entendeu? Mudava a colônia. Então muitas pessoas lutavam. Você tinha que ter 30 alunos. E eu tinha sempre 30 alunos. Mas também levava uns assim, do caminho da estrada. Levava quatro, cinco comigo atrás do cavalo, né (risos). Mas é dificuldade de alunos porque você não quer sair daquela escola. Se você não tem alunos, acaba a escola, não é? Era difícil, porque as fazendas de gado ocupam muito pouco colono, entendeu? Fazenda de gado tem dois, três colonos. Agora, o fazendeiro inteligente ajudava a professora a manter os alunos. Não mandava embora colonos com muitos filhos. Porque para ele a vantagem era ter escola na fazenda. Uma fazenda com escola, os colonos vão para lá. Eles achavam que dá muito valor na fazenda, uma escola. E todos ali vão estudar, aprender. Muitos são alfabetizados. Se tivesse lá um colono que não está mandando os filhos eu falava, e o fazendeiro dizia para o colono: olha aí, a criança tem que ir para a escola. Ele ajudava a manter a frequência.”

No outro caso, a escola foi fechada por insuficiência de alunos, pois os que estavam matriculados não existiam de fato: “A escola onde eu estava não tinha aluno

suficiente, para funcionar uma escola daquela, não tinha. Tinha poucos empregados, e poucos alunos, que tinha lá. E ainda tinha uma coisa, que lá, nos livros tinha quarenta crianças, mas estas crianças não existiam, aí eu não podia era contar isso. A política faz esses absurdos, não faz? Criou uma escola, uma coisa falsa, uma matrícula falsa; não havia, ora, Diana de Mossorou. Ora, Mossorou é uma palavra francesa, eu quando vi aquilo disse, nossa senhora, será que eu vou encontrar alguém da França, algum francês, sabe como é, e lá havia muitos agregados e eram estrangeiros também, não é? Eram nomes alemães, eram nomes ingleses, o sobrenome das crianças, eu olhava as crianças e dizia assim, será que esse é filho de alemães ou de ingleses, aquelas crianças pobres, não tinha nem oito agregados naquela fazenda, e eu dizia assim, bom, até dezembro..." Mas acontece que, quatro meses, eu fui em agosto, quando foi em dezembro, foi nomeado Delegado de Ensino, aí a coisa piorou pra eles lá, porque aí foi inspetor visitar a minha escola. Era o chefe político que mandava na escola, ele mandava que pusesse frequência, entendeu como é, sendo político, para conservar a escola, porque a escola valoriza a fazenda, sobressai a fazenda! Um inspetor chegou lá e disse: vamos procurar esses alunos. Ele disse: como é que até ontem está todo o comparecimento aqui? Você faça uma idéia."

Estes casos, deixam bem evidentes dois aspectos das relações que a escola mantinha com a propriedade rural, e que são percebidos ao se tratar do aspecto da matrícula: 1) os vínculos entre os tipos de exploração econômica no Estado de São Paulo na época e a própria existência e funcionamento das escolas em propriedades rurais; 2) a importância econômica de que se revestia a escola para a própria fazenda, enquanto elemento que incorporava valor a esta, servindo ao mesmo tempo como chamariz na arregimentação ou fixação de colonos, o que implicava, em alguns casos, em alterações no próprio funcionamento da fazenda.

Pode-se assim afirmar que as escolas localizadas em propriedades rurais não enfrentaram em geral, entraves ao seu funcionamento devido à baixa matrícula decorrente da não procura, pois esta era elevada em quase todo o Estado, segundo os professores.

Por outro lado, a frequência dos alunos surge nos relatos como um aspecto que envolve certas questões que merecem ser anotadas.

A maior parte dos professores afirma que os alunos das escolas em que lecionaram eram muito assíduos, bons alunos, não faltavam por qualquer motivo, ou porque não quisessem frequentar a escola.

Alguns deles contam que *nunca* tiveram problemas de frequência, porque os alunos, mesmo quando ajudavam os pais no trabalho da lavoura, o faziam depois do período escolar. "Eram muito assíduos. Até deixavam a brincadeira, deixavam o passeio e tudo, para irem à escola. Na colheita, eles não iam ajudar os pais de manhã. Que era período de aula. Então eles iam depois do almoço. Fazer as partes deles, ajudar no trabalho. E até para as crianças ali era castigo. As mães não conseguiam o que queriam dos filhos, diziam: amanhã você não vai à escola, amanhã você fica em casa. Ah! para eles era um castigo duro. Então faziam tudo o que a mãe queria, de acordo com a mãe, para não perderem a aula. Gostavam mesmo da escola. Eu não tinha faltas,

não. A não ser por doença: uma gripe, qualquer coisa assim que atravessava pelo caminho deles. Do contrário, não."

É interessante observar que na maioria das escolas, os professores lecionavam para filhos de colonos, mas, naquelas em que havia filhos de sitiantes, os alunos, segundo afirmaram, não faltavam porque os pais estavam em melhores condições econômicas, podendo dispensar seu trabalho: "O que eu consegui lá foi a frequência. Que era difícil conseguir frequência. Eu consegui frequência. Os alunos faltavam de vez em quando, mas muito raro. Eles vinham sempre. Naquela época podia ajudar o pai, roceiros os dois; mas não tive nenhum aluno trabalhando, não. Os filhos de sitiantes, tive muitos filhos de sitiantes, quase a maioria era filho de sitiante. Sitiante não precisa botar filho trabalhando. Ele vem para a escola, vem estudar."

Por outro lado, no caso das demais escolas, os professores dizem que os alunos eram assíduos, mas que em certas épocas as faltas eram muito frequentes. Alguns falam em faltas em época de chuva, outros em período de doença como o sarampo, etc: "O inspetor ia fazer exame, no fim do ano. O mês de outubro era um mês difícil, porque era o mês anterior do exame. Então, a gente tinha que recordar e firmar e tudo. E justamente havia um número elevado de faltas, porque era tempo de sarampo. . . doenças obrigatórias que agora não são mais, que tem vacina. Naquele tempo era obrigatório. Então era muita falta. Também quando chovia muito, eles não podiam ir, porque todos iam a pé."

Na época das colheitas, principalmente de café, ou no corte da cana, a frequência dos alunos diminuía. "Às vezes faltavam no tempo que começava a colheita do café — a colheita começa em maio e vai até outubro — naquele tempo era tudo fazenda de café, agora é cana. Mas quando começava a colheita de café eles faltavam muito porque os pais aproveitavam as crianças, não para colher, mas para levar comida na roça."

A participação efetiva na colheita do café também tirava as crianças das aulas: "Os alunos mais velhos iam para a colheita, fazer a colheita e faltavam muito à escola. Isso era muito comum em alguns anos. Geralmente a colheita de café começava em maio. Em setembro, mais ou menos, terminava, antes das grandes chuvas terminava a colheita. Então, nesses quatro meses a escola sofria muita baixa de frequência." Outros se ausentavam devido ao corte da cana: "Faltavam no período de corte da cana, porque os maiores ajudavam os pais, aí era um pouco difícil, porque todos cortavam cana, começava parece que em maio, maio-junho, e as crianças faltavam mais."

Em todos os depoimentos sobre os locais em que as crianças faltavam mais, por necessidades do trabalho — de maneira mais velada ou com bastante ênfase — observa-se que havia a utilização das crianças no trabalho agrário nas fazendas. A necessidade econômica e de sobrevivência dos pais os obrigava a recorrer aos filhos em certas épocas do ano como forma de garantirem seus rendimentos além da necessidade imperiosa da fazenda, pressionando os colonos a efetuarem o trabalho no menor espaço de tempo possível, recorrendo para tanto a toda mão-de-obra potencialmente existente na propriedade. "Mandavam a criança para a escola, só no tempo que não era de safra; lá em Igarapava era o corte de cana

e em Pouso Alegre Debaixo era a colheita de café; nesse tempo a criança não ia à escola mesmo, era muita dificuldade, era muito difícil. Os pais exploravam muito o trabalho dos filhos, eles precisavam, né? Porque eles precisavam ganhar naquela época, e aí não havia quem fizesse ir à escola, não mandavam mesmo e por mais que a gente falasse, explicasse tudo eles achavam que o trabalho, naquela época, era mais importante que a escola, eles não sabiam, a gente explicava, mas não, eles não aceitavam que a interrupção do ensino ia prejudicar. E a gente precisava aceitar que eles fizessem o que queriam, para aproveitar o trabalho das crianças."

A pressão exercida pelos fazendeiros é lembrada por uma professora: "É, os fazendeiros obrigavam os filhos dos colonos a trabalharem na colheita, porque o colono era dele, do fazendeiro; os filhos dos colonos tinham que ir também, trabalhar. Quer dizer, aqueles não podiam, ficavam oito, dez, vinte dias, um mês sem ir à escola, e o fazendeiro dizia, põe o comparecimento aí, põe o comparecimento deles porque a escola não pode sair daqui. A escola não pode sair porque valoriza a fazenda."

Em muitos casos, entrelaçavam-se a necessidade econômica do colono e a imposição da fazenda. Como lembrava uma professora leiga: "Os colonos se viam apertados, não é, coitados, tinham que colher o café. E o fazendeiro, também, por sua vez, apertava, queria café colhido, né. Porque passa da época e aí já estraga tudo. Roça tem isso, chega naquela época e tem que ir. E eles, a gente tinha que dar razão. Eram pobres, eles precisavam daquilo. Então a gente tinha que dar razão mas também a gente não podia ficar com a escola vazia."

A pressão do fazendeiro no sentido de que as crianças não faltassem às aulas, em época de colheita só foi citada uma vez. Neste caso já inicialmente arrolado, interessava ao fazendeiro manter a escola na fazenda pela valorização que esta lhe trazia e pela facilidade que ela criava de arrumar famílias de colonos para aí trabalhar. Como havia poucos alunos, se as faltas fossem muito frequentes, a escola corria o risco de ser fechada.

Na outra fazenda, em que a matrícula também era muito baixa, havia, pelo contrário, uma pressão para que os alunos fossem trabalhar, mas neste caso quem controlava o sistema educacional era o próprio fazendeiro, pois inexistiam outras autoridades escolares para tanto. Desta forma, a professora era obrigada a colocar presença para os que estavam ausentes.

É preciso ressaltar que, contrariamente ao que se supunha, alguns professores comentam que as faltas nestas épocas do ano não interferiam muito no andamento escolar e no rendimento dos alunos, seja porque coincidiam com o período de férias, seja porque os alunos recuperavam com facilidade: "Mas eu não me lembro que fosse assim tanto tempo que desse para eles esquecerem o que tinham aprendido. Quem sabe se durava um mês. Eles voltavam e continuavam. Não houve embaraço por causa disso. Retomava com facilidade. Durante a colheita eles faltavam muito; mas mesmo assim, não perderam o ano, conseguiram ser alfabetizados, tanto meninos quanto meninas."

Mas quase todos eles fazem referências a medidas que adotavam para sanar as dificuldades que surgiam nestes períodos, com as faltas frequentes.

Assim, muitos visitavam os pais em suas casas, para lhes pedir que não deixassem os filhos faltarem: "Às vezes eu tinha dificuldades porque era fazenda de café e na época da colheita do café os colonos levavam muito os alunos para colher o café, para ajudar e eu tinha que ir atrás para regularizar a frequência. Eu terminava a aula e já ia de casa em casa falando: 'Olha, nada disso'. Eu ameaçava, porque eles com aquele desespero dos meninos ajudarem e então tinha que ameaçar um pouco que o delegado ia prender, que se não deixassem frequentar as aulas. E assim eles obedeciam e deixavam frequentar. De vez em quando faltavam de novo e eu tornava a insistir. E todos gostavam muito de mim porque eu agradava todo mundo. De modo que eles me atendiam bem."

Nem sempre, como já vimos, as faltas podiam ser evitadas. Nestes casos, tornava-se necessário recuperar o tempo perdido. Desta forma, alguns professores faziam revisão da matéria: "aí havia faltas, mas havia faltas o menos possível porque as professoras naquele tempo podiam exigir e os alunos, e os pais atendiam. Engraçado, determinadas coisas que modificam um pouco a escola. É a assiduidade do professor, a visita que os professores fazem aos pais dos alunos, a conversa entre professores e pais de alunos, que lá era muito fácil, porque a população escolar era quase da redondeza e a gente estava dentro da fazenda. Mas depois a gente começou a agir um pouco mais, logicamente. Principalmente com os alunos da quarta série que estavam para terminar o curso. Fazia o trabalho de revisão, e notava que o aluno não entendeu então dizia: 'à tardinha, depois do jantar, você volta aqui para eu dar aula para você. Fazer você entender a matéria'".

Havia reforço para os alunos mais fracos: "Também a gente ficava lá, reforçava, deixava os outros ir embora e a gente ficava com eles. Eu não vinha mesmo embora todos os dias e a gente ficava com eles. Só vinha aos sábados para casa. Então durante a semana, aqueles que estavam mais fraquinhos a gente reforçava."

Alguns davam até aulas extras: "Quer dizer que quando acabava a safra, você vê, isto leva meses, quando acabava e aí as crianças compareciam à escola, eu tinha que dar aulas, três aulas para cada aluno, tinha que ser um ensino individual."

O que é preciso reter, dos relatos, é que, seja com maiores ou com menores dificuldades, os professores conseguiam aprovar, segundo dizem, a maior parte de seus alunos, em decorrência do seu empenho e dedicação, fazendo com que os alunos que haviam faltado mais, recuperassem o conhecimento perdido. É preciso não esquecer que nesta época não só o trabalho do professor era avaliado pelo conhecimento do aluno, como a sua própria carreira ficava condicionada à aprovação que conseguisse nestas escolas isoladas. Por tais motivos, embora as pressões econômicas interferissem na escolarização dos alunos, levando à retiradas frequentes dos alunos da escola, a própria forma como o sistema educacional funcionava pressionava no sentido de que estes alunos não viessem a ser reprovados.

A reprovação do aluno representava, em verdade, a condenação do professor. "E quanto ao ensino, eu fui muito feliz também, porque eu consegui alfabetizar todos os alunos que tinham entrado analfabetos. Os exames eram feitos por pessoas da cidade, juiz, promo-

tor. Esses é que eram os examinadores. Eu tinha um medo danado dos meus alunos não aprenderem, porque o exame era feito pelos inspetores e por autoridades de lá, acho que juiz, essa gente. Iam três homens lá pra fazer exame; eles chegavam lá na escola e faziam o aluno ler, faziam ditado, faziam perguntas sobre História do Brasil. Perguntavam, iam perguntando: 'Quem descobriu o Brasil, o que é capitania?' Essas coisas, faziam essas perguntinhas assim e os meninos iam respondendo. Eles davam nota, eu já deixava uma listinha preparada. Davam notas para os alunos e para mim aquilo era uma festa. Depois que eu vi que todo mundo foi bem, que eles elogiaram, mas que satisfação tremenda!"

Não cabia portanto ao mestre avaliar o aproveitamento de seus alunos: a avaliação era feita por outros, autoridades, inspetores ou não, evidenciando claramente o controle que se exercia sobre o trabalho do professor.

### A MATRÍCULA, A FREQUÊNCIA E O RENDIMENTO ESCOLAR NAS ESCOLAS DE BAIRROS E VILAS

Diferentemente das escolas localizadas em propriedades rurais, aquelas situadas em bairros, vilas ou distritos eram freqüentadas por alunos de várias origens: filhos de colonos, sitiantes, posseiros, pescadores e moradores das vilas, geralmente pequenos comerciantes.

Interessa-nos aqui reter, os aspectos referentes à clientela diretamente ligada às atividades agrárias, embora tal tarefa nem sempre pudesse ser facilmente realizada, dada a própria complexidade das histórias de vida.

Mas foi possível, através destas, reter um fato que consideramos fundamental: comparativamente são muito menos freqüentes que em fazendas, os relatos que fazem menção a faltas dos alunos durante o ano letivo. Desta forma, nove professores afirmaram que os alunos não faltavam, mesmo em período de maior trabalho agrário; outros sete, embora considerando a freqüência boa, apontaram problemas de freqüência na época de colheitas; apenas uma professora teve sérios problemas com as ausências dos alunos, mas por outros problemas.

É interessante notar que a *boa freqüência* dos alunos durante o ano letivo é apontada por professores de regiões variadas do Estado, que lecionaram para diferentes categorias da população.

Dos professores que lecionaram no Litoral Norte do Estado, para os filhos de caiçaras, uma conta que: "Não faltavam, nem que chovesse, nunca... Não faltavam. Uma ocasião, caiu uma tromba d'água no mar, então, eles ficaram com medo, aquela ocasião, porque encheu o mar. Eu pensei, amanhã, não vem ninguém, porque com essa tromba d'água. Ah. . . no dia seguinte estavam todos lá."

O outro, cujos alunos também ajudavam os pais na pesca e na venda dos produtos, falou: "Nunca tive problema sério. A aula era sagrada. A criança gostava da aula. Eu também contava muita história bonita para eles."

Situações semelhantes são apresentadas também por professores que deram aulas para filhos de sitiantes que percorriam longas distâncias para poderem estudar nas escolas de bairros e vilas nas regiões de Mogi das Cruzes, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Igarapava e Tietê: "Quase todos trabalhavam na roça. Quase que

todas as crianças da escola, eles trabalhavam em roça mesmo. Tanto assim que mais tarde, eu já não estava mais lá, foi mudado o horário do tempo de férias, coincidindo, tirando as férias no tempo de colheita. Mas não atrapalhava porque geralmente eram crianças menores. Quer dizer que as crianças menores freqüentavam a escola. Com chuva, iam à escola com chuva. Todos moravam longe da vila".

Mesmo em escola recém-criada, a professora afirmou não ter enfrentado este problema, com filhos de sitiantes: "Eu andei em diversas sitiocas, assim, e pedi pra fazerem propaganda, e falei com os empregados do papai, que contassem para os conhecidos deles; não demorou muito apareceram uns, eu tive acho que uns vinte e oito, vinte e nove alunos. Eram muito assíduos, nunca tive um aluno de castigo nas escolas, meu senhor. Caboclos, respeitadores, meninos. O senhor vê, menino é malcriado! Lá nesta escola, nunca, eu tive dois anos lá, nunca tive um dissabor. Havia muita assiduidade, apesar das dificuldades, da chuva, do frio. Porque Mogi é um clima ingrato. Eles iam mesmo, direitinhos."

É preciso ressaltar, entretanto, que em alguns poucos locais, como nas escolas de bairros de São Carlos e Tietê, também havia *filhos de colonos* freqüentando as escolas, sem que houvesse faltas freqüentes dos mesmos por ocasião de colheitas. É o que se percebe no depoimento abaixo, em que a escola havia sido criada em uma fazenda tendo sido logo depois transferida para a vila: "Aí saí para procurar alunos. E então o fazendeiro avisou que tinha um vizinho lá que eu podia ir uma vez só, procurar as crianças. Porque eles eram inimigos, e ele não queria que eu tivesse amizade, naquela casa. Eu não podia ter queixa nenhuma dos pais, sabe, eles não faltavam; iam limpinhos, direitinhos. Não tinha queixa nenhuma. Era um trabalho até fácil. Era uma média de quase 40, trinta e tantos, quase 40 alunos. Não faltavam muito, não havia problema mesmo. Eles não eram ocupados na roça, eles iam mesmo para a escola. Teve até uma semana que pareceu dilúvio. Choveu, dia e noite, a semana inteira."

As outras seis escolas nas quais segundo os professores, havia faltas durante o período de colheitas, ficavam em bairros ou vilas nas regiões de São Roque, Pirajú, Jaú, Regente Feijó, Santo Antonio da Alegria e Platina, regiões com produções variadas: uva, café, produtos de subsistência, etc.

Não se pode, contudo, generalizar a problemática que surge nos relatos destes professores; isto é, as faltas dos alunos não surgem nestes depoimentos de maneira idêntica.

Assim, as faltas de filhos de pequenos sitiantes, para trabalharem com a família na colheita de produtos para sua subsistência ou para venda, eram geralmente reduzidas, pouco interferindo no trabalho escolar. Este aspecto pode ser notado nos exemplos abaixo, em que havia muitos filhos de sitiantes freqüentando as escolas.

O professor que lecionou em São Roque, relatou que: "Você não achava ninguém ali por perto. Todos vinham de longe. Pequenos sitiantes. Eram donos de pequenas áreas, donos de sítios. O que mais dava era uva. Além da plantação de uva, tinha só pequenas plantações, de sustento, de manutenção, milho, feijão, essas coisas, mas pequenas coisas. E a freqüência, considerando isso, era ótima. Quando era época de colheita de uva, dimi-

nuía um pouco a freqüência. Porque uns ou outros ficavam para colher, tinha que fazer depressa, um mutirão. Mas isso era por pouco tempo. A freqüência era boa, era ótima. Isso também me estimulava. Porque se eles compareciam, eu também tinha que comparecer. Não dei nenhuma falta durante esse ano. Eu devo a esse período da minha vida uma coisa importante: eu adquiri gosto pela profissão. Ganhei amor, certo mesmo, ganhei um gosto pela profissão."

A professora de Pirajú, também afirmou: "Eu não procurei nem um aluno. Os pais vinham, traziam e matriculavam. Eu comecei a minha classe com uns doze, mais ou menos. Depois vieram chegando os outros. E freqüentavam direitinho. Eu gostava demais deles. No começo, logo que eu cheguei lá, no começo do ano, em fevereiro, alguns faltavam, mas aí eu chamava, agradava, mandava um bilhetinho para os pais. Na ocasião da colheita é que eles faltavam, mas a gente revezava. Falava para os pais: 'você não tem mais filhos'. Troca, um dia vem um, outro dia vem outro, para não faltar muito.' Mas não faltavam, não eram muito de faltar. Eles gostavam da escola. Não me davam, nesse ponto de falta, não me davam trabalho."

Por outro lado, as retiradas por um tempo mais longo, consideradas pelos professores como problemáticas, aparecem em áreas em que a produção predominante era a do café, sendo as crianças requisitadas para o trabalho de colheita. E neste caso, os filhos dos colonos eram geralmente os que faltavam. Os vários relatos são bem claros a este respeito.

O professor que deu aula para filhos de colonos e sitiantes em Santo Antônio da Alegria, retratou bem as atividades nas quais os alunos eram utilizados: "Os meninos faltavam muito à aula, porque tinha época de cuidar do cafezal, tinha época de catar o café, de colher o café. Tinha época de fazer o café ficar maduro para poder ir para a máquina, que era uma só na cidade e traziam para ser beneficiado. Nessa ocasião eu apertava os pais mandando uma carta, dizendo que ele podia dar três faltas por mês, que o menino não podia perder as aulas."

É interessante observar também relatos de professores de bairros, em que havia faltas dos alunos em certas épocas; os professores procuravam usar certos recursos para controlar a freqüência e também para não prejudicar o rendimento dos alunos: revezamento das faltas entre os filhos, conversas com os pais, busca de alunos faltosos, ou mesmo certos "artifícios burocráticos", como mostra o interessante depoimento do professor que deu aula para filhos de colonos e sitiantes, em Platina: "Os meninos de maneira geral eram muito freqüentes. Eles de um certo modo, tinham amizade ao professor e à escola. De certo modo que eles freqüentavam com muita regularidade. Eu fui muito benquisto, pelos alunos, pelos pais dos alunos e por toda a população da cidadezinha de Platina, uma pequena localidade lá no sertão. Não posso me queixar em absoluto de que os alunos não quisessem freqüentar a escola. Ao contrário, eu sempre encontrei a maior facilidade. Mas na época da colheita esvazia a escola. Eles vão ajudar a fazer a colheita. Aí, a gente dava um jeito de remediar, de compensar. Eu pessoalmente arranjava um artifício interessante! Em vez de fazer o aluno faltar eu eliminava o aluno que ia para a plantação. E

dava a freqüência para os outros, entendeu? E quando a colheita terminava eu matriculava de novo. Era como se fosse uma matrícula nova. Em vez de encher de faltas o livro de chamada, que dava uma impressão horrível, um livro cheio de faltas, quando chegava a ocasião da colheita, então eu eliminava o aluno. Daí um mês ele voltava e eu matriculava, só que em vez de ter trinta faltas, mais trinta faltas, mais trinta faltas e no fim do mês mandar para a delegacia de ensino aquela soma enorme de faltas, a gente dava uma saída. Não era uma saída muito legal, mas era uma saída. Não era muito sério, isso não, mas era o jeito que a gente dava. Acontece o seguinte: se chegava o boletim lá, mensal, com muitas faltas, vinha o aviso que deveria se esforçar no sentido da escola ser bem freqüentada. Então para evitar que viesse aviso, a gente eliminava o aluno. O delegado de ensino, o inspetor escolar, achava que a gente devia fazer o aluno freqüentar a força. Mas cadê a força pra fazer isso? Então, a gente dava um jeito. Fazia muito isso. Os professores faziam muito isso."

Entretanto, não aparece, nestes casos de escolas de vilas a especificação de que o professor ficava dando aulas extras aos faltosos, como havia sido observado com freqüência entre os que lecionaram em propriedades rurais.

Finalmente, no caso da única professora que mostrou em seus depoimentos ter enfrentado sérios problemas com a freqüência, o motivo para tanto não eram as condições de trabalho ou uma suposta rejeição da escola, mas sim o fato da escola, freqüentada principalmente por filhos de sitiantes, localizar-se de início na propriedade de um fazendeiro hanseniano. A baixa freqüência motivou a transferência da escola para outro bairro.

A suposição a que se chega, com base no conjunto dos relatos de professores é que não só as escolas de bairro eram mais freqüentadas por filhos de sitiantes que filhos de colonos (algumas raras também por filhos de fazendeiros), mas era geralmente nas escolas de bairro em que havia filhos de colonos, que ocorriam as faltas freqüentes dessas crianças para ajudar no trabalho agrário.

Pode-se até afirmar que parecia haver uma autonomia maior dos filhos de sitiantes que estudavam, com relação ao trabalho agrário, (embora nos sítios a mão-de-obra usada fosse a da família), que entre os filhos de colonos.

Outro aspecto importante a ser destacado, como se pode claramente verificar pelos relatos é que nestas escolas de bairros e vilas os professores não enfrentaram problemas de número insuficiente de crianças para o seu funcionamento, nem mesmo em locais em que as escolas haviam sido recém-criadas. Pelo contrário, era só avisar que uma escola estava sendo aberta, que os alunos iam aparecendo.

Também, quase não surgiam nos relatos destes professores menções a retiradas definitivas dos alunos da escola, antes do término do ano. Apenas um professor, que lecionou na Alta Araraquarense, indicou a mobilidade dos colonos como um problema que interferia no aproveitamento escolar. "Não se podia ter, como nas escolas de cidade a gente tem, um corpo de alunos permanente, onde a professora pode ensinar a ler, a escrever etc, o ano todo. Ao passo que numa

escola rural havia aquela mobilidade grande; vai para cá, vai para um estado, passa para outro, volta. Havia esse problema."

Outros, por outro lado, foram enfáticos ao afirmar que não havia retiradas ou desistências.

O mais comum era que os alunos, após frequentarem os primeiros anos nos quais aprendiam as noções fundamentais (da leitura, escrita e cálculo), e tendo já atingido certa idade para trabalharem na roça, deixassem de frequentar a escola, que geralmente, dava apenas os três primeiros anos do ensino primário. Não havia, nem mesmo nestas vilas e bairros, condições para que pudessem prosseguir seus estudos. As escolas em que estudavam eram as únicas existentes nos locais.

Apenas os filhos de fazendeiros da região podiam enviar os filhos para cidades maiores, a fim de que estudassem, como contam alguns professores.

Quanto ao rendimento escolar os professores, de modo geral afirmam que era bom, e que seus alunos conseguiam bons resultados nos exames finais; estes, da mesma forma que nas escolas localizadas em propriedades rurais, eram realizados por outras autoridades escolares ou pessoas do local e não pelo professor.

Alguns depoimentos exemplificam a forma como se avaliava o aproveitamento escolar dos alunos. Um professor que deu aula em 1920, em Ubatuba, explicou que: "Dava um programa. Havia um programa muito bem organizado, com matérias certas. Um mês tal coisa, outro mês tal coisa. E assim, era muito bem organizado. Até invejável, e coisa que hoje não há mais. A leitura tem que ser com atenção, e contar o que leu. Todo mundo tinha que contar o que lia. E de modo que o aproveitamento era ótimo. Outra coisa, falava aos alunos: 'o aluno que não estuda é ladrão do pai e de si, que o pai trabalha, paga livros, roupa; a obrigação do aluno é levar nota boa'. De modo que eu sempre tive boa porcentagem de promoção tanto na escola isolada como no grupo. No meu tempo, quando eu fui nomeado, quem dava atestado para receber os vencimentos era o prefeito. E quem fazia os exames finais, era uma comissão organizada pelo prefeito, com diretores e o diretor do grupo local. Eles que iam fazer os exames nas escolas. Era assim."

Outro, que lecionou em São Roque, contou como era feito o exame de final de ano em sua escola: "Para o exame compareceram dois elementos de uma junta nomeada pelo Inspetor Distrital, sediada em São Roque. Fizeram o exame, viram o resultado, a tal. Tudo bem, tudo certo. Houve um festival e encerrei o meu ano letivo, feliz da vida, entendeu? Feliz da vida!"

Em outros locais, as próprias autoridades escolares realizavam o exame: "O professor preparava a classe e o diretor examinava. Na presença do professor."

De modo geral, os professores deixavam evidente em seus relatos a importância dos exames finais na avaliação, não apenas dos alunos, mas principalmente de seu próprio trabalho.

## O ENSINO

Embora fosse freqüente que os professores tivessem já lecionado como substitutos em grupos escolares de zona urbana, antes de irem para as escolas rurais, muitos deles falaram da falta de preparo que tinham para dar aula, principalmente para populações rurais. A

professora que lecionou no ano de 1929 em escola de fazenda na região de São Carlos mencionou a dificuldade que teve para alfabetizar: "E ali, fui começando, mas, quando foi pra alfabetizar... A Escola Normal tinha um pouco de teoria, e eu não sabia nem como alfabetizar. E mais, eram todas crianças de 1º ano, no começo. Tinha algumas um pouco mais adiantadas, que formavam o 2º ano, porque as escolas isoladas eram assim, tinha às vezes até 1º, 2º, 3º ano numa sala só."

A inexperiência dos professores foi atribuída por eles próprios às deficiências apresentadas pelos cursos normais. Ainda que eles considerem de boa qualidade o ensino oferecido pelas Escolas Normais, reportam-se à quase inexistência de aulas práticas, de estágios necessários à aquisição de alguma experiência pedagógica. O depoimento da professora que cursou a Escola Normal do Brás, ilustra bem essa questão: "De alfabetização eu nunca fui muito amiga. Então tinha mais dificuldade. Mas, estudava, lia. Pegava os pontos, aquelas coisas, sabe. A professora de Prática, ela ditava matéria de ensino. O que estava errado. Mas serviu. Porque depois eu lia e ia vendo como é que podia ensinar. Eu segui aqueles ensinamentos da escola. Foi assim que ensinei os primeiros anos. A primeira pessoa que eu alfabetizei foi uma empregada minha. Nós tínhamos uma professora de Didática. Ela chegava e explicava: É para ensinar isso assim, assim, ia falando, ensinava matemática. Daqui a pouco ia ensinar outra matéria, falava, falava, falava. A gente tomava nota, tomava nota de tudo. Mas nunca se deu aula nenhuma, não. Naquele tempo, não havia aula prática. E faz falta aula prática, não é? E no aluno sempre se vai melhorando, vai se fazendo, vai treinando. Eu acho que fazia muita falta."

Entre outros depoimentos que apontam nesse sentido, destaca-se o da professora que frequentou a Escola Normal de Casa Branca e iniciou sua carreira em Aramina, perto de Igarapava. Isso porque, às falhas apresentadas pelo curso normal, ela acrescenta a sua falta de vocação para o magistério, relatando suas dificuldades com surpreendente sinceridade: "Agora, confesso que fui péssima professora, porque quando eu cheguei para lá, já havia escolas. Eram três anos na mesma sala, no mesmo horário. Eu acho o maior absurdo. Então eu ia bem com o segundo e terceiro ano. Com o primeiro ano eu fui um fracasso. Houve criança que se alfabetizou por conta própria, porque eu mesma não ajudei em nada. Eu não me dava com criancinhas. Eu queria que eles me acompanhassem, e eu corria, fazia os coitadinhos ficarem... Então eu fiquei dois anos. Mas fui feliz no magistério, mas sem gostar, porque não era minha vocação. Eu não tive preparo prático, isso eu não tive mesmo. Mas, em 33 anos, eu poderia ter adquirido, não é? A Escola Normal era muito boa, mas teórica. Muita teoria e muito pouca prática. De maneira que a gente estudava muito, mas praticava muito pouco, sabe? Me lembro de ter assistido durante o curso umas duas ou três aulas só, aula prática, no grupo escolar. O resto era teoria. A professora não gostava, ela detestava este negócio de estudante ficar lá na classe assistindo, era estágio, fazendo estágio. E nunca dei uma aula. Então, eu no começo sofri. O método era analítico. Tivemos bons professores. Teoricamente a gente sabia: o analítico, o analítico sintético, o socrático. Mas era teoria, só teoria. Chegou na hora de aplicar, na prática, a gente sofre, ainda mais quando



tem três classes juntas. Eu ficava feito barata tonta sem saber acudir a quem."

Os professores, em geral, diziam que neste período o método de trabalho que deveria ser adotado em sala de aula era o método analítico, que alguns deles descrevem em detalhes, dando inclusive uma visão histórica de sua introdução na educação paulista. "Naquele tempo nós estávamos debaixo da inspiração do Sampaio Dória, que era como que o arauto do método analítico. Ele não criou o método analítico no ensino de leitura. Isso quem criou propriamente foi o João Kopke. Depois, o Thompson foi para os Estados Unidos, numa viagem, e, quando voltou, também trouxe aquela propaganda toda sobre o método analítico, que a meu ver, é o único método do ensino de leitura. O resto é mistificação, é invenção. O método analítico tem bases científicas. E o Sampaio Dória, nos livros dele expõe as bases científicas do método analítico. Porque tem bases científicas. O ponto de partida, parte do todo, depois a análise, depois a recomposição das palavras, aquele plano todo do método analítico." Outro relato: "Então, a gente, naquele tempo, estava ensinando pelo método analítico. E os inspetores eram capazes de orientar a gente, no ensino da Aritmética, em tudo. A minha impressão de hoje, com respeito ao ensino nos primeiros tempos é que hoje estão ensinando de cima pra baixo e, naquele tempo nós ensinávamos de baixo pra cima. Eu vou explicar: — a gente começava pelo número 1, no cálculo. Então havia os tornos, depois havia outro material. Havia um quadro, com bolinhas, a dezena, a meia dezena, duas dezenas, três dezenas. Custava para a gente atingir a centena. Além daquela parte do cálculo mental, além daquela parte do raciocínio. Bom, então, a gente começava por baixo. Na Geografia, a gente começava pela escola; às vezes, a gente fazia modelagem com relevo, com barro, com papel etc. Então começava: *A Escola, O Município, O Estado, O Mundo*. E a gente ia até o mundo inteiro, no curso primário. Mas partindo de baixo. Na Geografia, na História — eu me lembro, a gente tinha uns quadros bonitos: Tomé de Souza chegando ao Brasil, o Padre Anchieta... Agora, uma livraria, uma coisarada, não é...".

Mais detalhes a respeito do método analítico: "Aí, eu comecei com o analítico, que começava do seguinte modo: Dava-se uma sentença e escrevia-se no quadro negro. Decompunha-se em palavras e depois em sílabas, depois em letras. Chamava-se método analítico, que foi até 1930, com a Escola Nova, com o professor Lourenço Filho, grande capacidade do magistério. Vou dar um exemplo de uma frase que se escrevia no quadro negro e mandava a a criança acompanhar com o ponteiro, que era perigoso, porque o professor às vezes se esquecia e batia na cabeça das crianças: — O bebê bebe leite. Então a criança lia: O bebê bebe leite. A professora depois apontava para a frase: o bebê, depois leite, quase que decorado. Depois ia para as letras b e l, já são duas letras do alfabeto, que hoje está diminuindo. Já não tem o y e o w. E assim foi o método analítico, que ensinou uma geração de brasileiros. Era fácil, ainda mais saindo da Escola Normal que a gente estudava a metodologia, em poucas horas, à noite, até sair para a roça e então desenvolvia o que aprendeu."

O entusiasmo desses dois professores pelo método analítico não foi compertilhado por outros professores, como se pode verificar no depoimento abaixo. À questão

a respeito do método utilizado, a professora responde: "Ah, era obrigatório. Tinha que ser o método analítico para alfabetizar. E é um método difícil, principalmente para as crianças de roça. Mas era obrigado. Era obrigado seguir uma cartilha analítica. A cartilha analítica era assim: começa com a sentença, em vez de começar com a sílabação. Em vez de aprender sílabas, tinha que aprender, um tempão, só sentenças. Custava para entrar na sílaba, sabe. Então precisava a gente ter muita paciência e muito cuidado. Agora, na primeira escola que eu fui, ainda não era obrigado, aí eu ainda usava sílabação."

Alguns professores falam de um Programa Oficial, que era enviado às escolas e que deveria ser seguido pelos professores, o que, segundo alguns, facilitava o trabalho escolar.

Mas a realidade rural que enfrentavam, o trânsito com uma população diferenciada e com traços econômico-culturais próprios, os problemas de falta de recursos materiais existentes nas escolas, levaram muitos desses mestres a tentar encontrar soluções próprias, isto é, a descobrir metodologia de trabalho mais adequadas, com utilização de material diversificado. É o caso da professora que deu aula em propriedades rurais no Vale do Paraíba e que relata ter sempre conseguido 100% de promoção dos alunos, graças aos atendimentos praticamente individualizado que dispensava a seus alunos: "Enquanto uma criança não sabe eu não largo da criança, entendeu, eu fico até a criança aprender, é assim. Porque eu não concebo uma professora deixar de fazer 100%, daí que me apelideram de Caxias, porque eu tinha que promover, e promovia, porque eu sou muito carinhosa, sabe? Criança comigo eu ensino no colo, mas aprende. O ensino antigamente era superior, os professores tinham que puxar mesmo. Eu puxei pelos meus alunos, eu tive alunos pobres mesmo, moravam naquela roça, eram crianças raquíticas, não tinham o que vestir. A gente chegava, o aluno não tinha material, nem nada. Na escola tinha aqueles buracos, dava cobra. Aqueles cartazes, eu desenhava, eu fazia aquelas figuras, tudo eu fiz da minha cabeça. Era porque era obrigatório o método analítico. Eu dizia: mas gente! Era difícil, aquilo, já ia desmembrando as sentenças, e com a palavra chave dali. Então você lutava para ensinar, que é muito difícil essa linguagem silvestre, linguagem do campo, é uma pronúncia muito ruim, intrincada mesmo a pronúncia. E eu dava aula brincando. Brincando quer dizer sabe o que? Quer dizer participando. Você vai ensinar a criança a ler, entendeu, se você começa, be-a-bá, be-a-bá, coisa antiga assim, que não dá certo, a criança custa a compreender, mas você brincando, você participando... Aprender Aritmética, você joga bola: Quantas bolas você pegou? Atire pra cá, quantas você atirou? Isso é participar, é brincar com a criança. Ela aprende num instante. Isto é que é ler brincando, com figurinhas, com objetos, você usa tudo à mão, frutinhas do mato, seja lá o que for, a criança aprende a contar. Você tem que se fazer criança para que a criança aprenda com vontade, tome interesse naquilo, no recreio, qualquer hora você pode ensinar a criança; vai pular corda. Vamos ver quantos pulos você deu? Os outros acompanham: ela deu '2, ela deu '3', e assim eles aprendem a contar, estudar. Num instante eles aprendem a somar, diminuir, multiplicar, assim. Eu brincava com elas, até no recreio mesmo, não tinha nada de ficar tomando lanche, lá nem

tinha mesmo lanche. Eu ia brincar de roda, de chita, e as crianças fazendo as coisas e elas mesmas que contavam. E antigamente, diz que o ensino começava pela letra, e eu não tinha nada com isso, esse negócio de começar com a letra, não, começava logo com a palavra, mostrando o objeto. A última coisa que aprendia era a letra, era a vogal e a consoante. Não dava a consoante, nem nada, entendeu?"

Ensinar brincando parece ter sido um procedimento bastante utilizado, na época, dada a frequência com que aparece nos relatos, como é o caso dessa outra professora, que também lecionou no Vale do Paraíba: "Gostava muito de lecionar, gostava. Olha como é que eu fazia com as crianças para elas poderem aprender: ensinava-se brincando. Olha aí. Eles brincavam, mas as crianças gostavam de aprender, porque eu brincava. Eu fazia as figurinhas para aprender, assim eles aprendiam. Num instantinho eles aprendiam a ler. Os alunos não repetiam ano. Eu nunca tive aluno para repetir. Continha, fazia tudo brincando, fazia tudo com brincadeira. Eles aprendiam bem. Eu não sei como é que se chama esse método, porque é inventado. Eu inventava estas coisas de figurinha porque eu tinha noção de que, brincando, as crianças aprendiam. Eu tinha que dar o caderno, dava todo o material. Eles não tinham nada, coitados dos alunos. Preferível ensinar mais brincando assim, pelo menos, do que escrever muito. Porque eles não podiam comprar nada, eram pobres mesmo. Eu fazia os desenhos no quadro negro e colocava assim, lá em baixo, e daí iam brincando. A turma lá, eles também faziam. Eles gostavam de fazer o caderninho, eles também faziam o caderninho e aprendiam a ler comigo, assim: 'vamos subir a escadinha, vamos subir na árvore. Olha uma árvore, está cheia de laranjas aqui, cada laranja tem uma palavrinha'. Cada dia botava lá para eles verem. Eu sei que eles iam brincando. Num instantinho aprendiam a ler. Eu sei que até um inspetor que foi me visitar queria que eu fizesse um livro, que eu escrevesse, mas é como eu falei, ali eu não tinha tempo para isso, não. Não dava tempo. Eu trabalhava muito com eles. O método que tive é só isso. Tinha que ler, escrever e contar, continha. Aprendia um pouco a contar. Tinha que contar as coisinhas, eu ensinava a cantar. Era assim que trabalhava. Por isso que eu digo: as crianças eram pobres mas gostavam da escola. Eu inventava um modo de aprender."

Assim como nestes dois relatos, outros professores procuravam adaptar o programa e a metodologia às condições de trabalho, aos seus alunos e algumas vezes, às suas próprias habilidades. Uma das professoras, por exemplo, procurava ensinar recorrendo ao **desenho**, do qual gostava muito, apoiando-se ainda no método montessoriano de trabalho; trabalhou assim desde que começou a lecionar numa escola de fazenda na região do Tietê, onde permaneceu por pouco tempo porque a escola foi transferida para a vila, transformando-se em Escolas Reunidas, até se aposentar, já em escola de cidade grande. Alguns trechos de sua entrevista são bem claros a este respeito: "Mostrei ao inspetor o meu serviço, inclusive um mapa que eu fizera mostrando o centro da escola com a residência dos alunos e do professor, a distância que nós percorríamos para ir até a escola. Tudo o que era possível fazer dentro do ensino era feito com carinho e com atenção. Eu sempre tive facilidade para dese-

nho e então as minhas aulas eram com muito desenho. E as minhas crianças adoravam, gostavam. Mesmo na escola rural, eu fazia os desenhos. Uns desenhos pedagógicos com risquinhos, assim, eles adoravam aquilo. Eu estava formada recentemente, de modo que toda aquela pedagogia estava acumulada na minha cabeça. Eu, sempre muito estudiosa, tinha comprado o livro de Montessori; eu estudava muito aqueles livros de Montessori, livros para crianças pequenas e eu aplicava muito aqueles métodos. Usava muito elementos, objetos, mesmo na zona rural'. Quem é que tem um copo aí, quem é que pode me trazer uma caneca, quem é que pode me trazer isso? E aquela caneca', por exemplo, eu dava uma lição leve. Uma boneca, quem é que pode me trazer?' A boneca, eu escrevia a palavra boneca'. Vamos formar outra palavra? bobo-boné-bona-boca-caneca. Esta coisa toda, sempre usando muito material. Muito material. O Montessori é justamente o método que hoje aplicam muito, de objeto, de estudar aquilo e tudo. Eu sempre usei isso, sempre adotei este processo. E nas escolas, na História do Brasil, por exemplo, eu fazia muito desenho também. Mas estes desenhos pedagógicos. Ensinar Religião; quando veio o ensino de Religião na igreja, nas escolas, eu ensinava Religião. Então antes da aula eu ia mais cedo e antes da aula eu fazia aquela cena, uma cena bíblica qualquer. Mas tudo com tracinhos, só. A diferença o Cristo, por exemplo, era rodinha, a cabecinha assim, o bracinho. Então para diferenciar eu punha uma auréola. Era tudo assim, estes desenhos deste jeito, eu fazia um traço para poder dar noção. Se estava deitado fazia deitado. Desenhos em pé. Só traços. Material tinha o suficiente. Tinha as carteiras boazinhas, as lousas tinham bastante giz; mapa não havia mas a gente não precisava ainda porque estava no primeiro ano, pouco usava mapa. Mas depois, o que precisava, eu levava muita coisa de casa, se precisava; e o desenho supria muita coisa, a facilidade de desenhar me supria muita coisa."

O fato de trabalharem em pequenas escolas rurais, de propriedades ou de vilas, deixava os professores geralmente isolados, sem um acompanhamento do sistema educacional mais amplo, sem assistência material ao seu trabalho. Isto não impedia, entretanto, que pudessem usar esta autonomia "forçada" para desenvolverem suas próprias metodologias de trabalho.

★ ★ ★

Do que foi aqui exposto, acreditamos que alguns aspectos ficam evidentes, no tocante às relações entre a população e à escola, no período analisado.

Em primeiro lugar, os dados reforçam a tese por nós defendida<sup>2</sup> de que os setores mais baixos da população, mesmo rurais, já há muito tempo procuravam a escola, e a valorizavam.

Em segundo lugar, pode-se também afirmar que os problemas de frequência escolar não são atuais, apenas, mas estão historicamente associados às condições de trabalho das camadas subordinadas.

<sup>2</sup> A este respeito, ver: "Observações sociológicas sobre um tema controverso: população rural e educação em São Paulo, de Zeila de Brito Fabri Demartini - Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da USP - 1980.

Finalmente, pode-se compreender um fato que à primeira vista parece estranho e incompreensível, nos depoimentos, isto é, como os professores, trabalhando de modo autônomo e isolado, como afirmam, desenvolviam suas atividades segundo os padrões estipulados pelos órgãos centrais, trabalhavam muito mais que a carga horária que lhes era atribuída, procuravam criar novas metodologias de ensino, e conseguiam porcentagens elevadas de aprovação mesmo em locais em que as crianças faltavam muito por ocasião das colheitas.

Uma análise mais atenta, contudo, permite perceber que, se o professor podia fazer carreira através de caminhos não oficiais, principalmente através da via política, estes eram circunstanciais e não definitivos; mesmo não havendo durante muito tempo um controle intensivo do trabalho do mestre, pois os inspetores e as delegacias de ensino eram em número reduzido, percebe-se na maior parte dos relatos que havia, entre os professores, uma grande preocupação em "trabalhar direito", para poderem desta forma ser promovidos, saírem das escolas isoladas em que lecionavam. Nesta época, o normalista que quisesse ser professor tinha que começar sua carreira em

escolas mais distantes, que atendiam populações rurais, e as histórias de vida mostram, de maneira explícita ou não, que eles só ficavam nas escolas rurais até o momento em que conseguiam uma nomeação ou transferência para escolas urbanas. E a promoção do mestre dependia, para todos os efeitos, do trabalho que realizava com seus alunos, o que era avaliado não pelas suas atividades diárias, mas pelo aproveitamento escolar dos alunos, no final do ano. Assim, como os exames não eram realizados pelo próprio professor, e o que contava era o número de alunos promovidos, ele precisava trabalhar muito para conseguir bons resultados, e ser elogiado pelo inspetor, pelos diretores e até pelas autoridades locais.

Na falta de um sistema de controle direto sobre o trabalho no dia-a-dia, o Estado procurava exercer um controle difuso e mais efetivo, através do "produto final" do trabalho do professor, mesmo que no plano ideológico.

Assim, se o professor era "idealista", estudioso, esforçado, havia também toda uma estrutura "invisível" que o impulsionava a trabalhar mais, e do melhor modo possível.

